

# **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

## **3.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública**

### **Declaração**

De harmonia com o disposto na parte final do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/84, de 4 de Fevereiro, se publicam as seguintes transferências de verbas, autorizadas nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do mesmo diploma:

Classificação						Rubricas	Em contos	
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações
Capítulo	Divisão	Sub- divisão		Código	Alínea			
60	03		1.01.0	44.00	B	<b>Despesas excepcionais</b>		
				44.09		<b>Intendência-Geral do Orçamento</b>		
				44.09		Outras despesas correntes:		
				44.09		Diversas:		
	04			44.00	A	Compensação pela tributação dos titulares de cargos públicos	-	73 680
				44.00		<b>Direcção-Geral das Contribuições e Impostos</b>		
				44.09		Outras despesas correntes:		
				44.09		Diversas:		
				44.09		Compensação pela tributação em imposto profissional —		
				Autarquias locais .....		73 680	-	
							73 680	73 680

Nos originais dos processos relativos às alterações orçamentais constantes da presente declaração constam os despachos ministeriais para a sua materialização.

3.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 29 de Março de 1989. — O Director, *Serafim de Oliveira França*.

## **MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO E DO COMÉRCIO E TURISMO**

### **Portaria n.º 299/89**

de 20 de Abril

Considerando que, nos termos da legislação vigente, a importação dos produtos abrangidos pela organização do mercado vitivinícola está sujeita à aplicação de um direito compensador;

Considerando que é necessário estabelecer o organismo que o determina:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Comércio e Turismo, ao abrigo do n.º 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 517/85, de 31 de Dezembro, o seguinte:

1.º O direito compensador referido no n.º 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 517/85, de 31 de Dezembro, é calculado, conjuntamente, pelo Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) e pelo INGA, em colaboração

com a Direcção-Geral de Concorrência e Preços, e é divulgado por aviso do IVV à Direcção-Geral das Alfândegas dois dias antes da sua entrada em vigor.

2.º Competirá à Direcção-Geral das Alfândegas colocar à disposição dos agentes económicos interessados o aviso referido no número anterior a partir do dia da entrada em vigor do direito compensador.

3.º O direito compensador a aplicar é o que estiver em vigor no dia do desembaraço aduaneiro do respectivo produto.

4.º Este diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Ministérios das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Comércio e Turismo.

Assinada em 14 de Abril de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Luís Gonzaga de Sousa Morais Cardoso*, Secretário de Estado da Alimentação. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *Jorge Manuel Mendes Antas*, Secretário de Estado do Comércio Interno.